

# **Nota Preliminar**



A educação, ao longo dos tempos, de modo mais ou menos visível, mais ou menos explícito, sempre prosseguiu duas finalidades genéricas: a integração social e o desenvolvimento pessoal dos educandos. Assim sucede ainda no presente, mas tanto ao nível dos objectivos específicos, como dos métodos, encontramos-nos numa configuração de singular e aguda perplexidade, de um mal-estar difuso, percebido não só pelos alunos, pais e professores, como ainda por instâncias exteriores às instituições e aos processos pedagógicos. Com efeito, hoje não estamos apenas face a uma crise da educação, tantas vezes já evocada no passado, mas agora diante de sérias mudanças a nível educativo, mas igualmente político, económico, social e cultural. Vivemos, ao menos no mundo ocidental, há umas décadas para cá, em sociedades diferentes, com frequência designadas como “sociedades pós-modernas” ou “sociedades da informação”. As transformações sociais em curso não revestem um carácter unívoco, mas ambivalente: são novas oportunidades de vida, de crescimento económico, de participação social, mas também factores de desconforto, de isolamento e conflito, e de novas e graves formas de desigualdade, mesmo de exclusão. Assim, nas sociedades complexas e contratualizadas dos nossos dias, parece justificar-se o recurso a estratégias educativas inovadoras.

Foi face à realidade aludida, e à luz do seu correlativo equacionamento, que o Conselho Nacional de Educação promoveu, em 29 de Março de 2001, um Seminário sobre “Educação, Competitividade e Cidadania”. Estas preocupações encontram-se aliás sumariadas, de modo claro, nos objectivos constantes do Programa: “Com o presente Seminário visa-se reflectir e debater o papel da Educação no novo cenário social em que vivemos, procurando definir uma alternativa educativa coerente com a realidade social em permanente mudança. O seu cerne é a discussão da crise do modelo de educação escolar e a apresentação de alternativas que vão permitindo construir instituições escolares atentas aos alunos e formandos”.

Das três comunicações de base proferidas no Seminário, cumpre assinalar que a primeira, da Dr.<sup>a</sup> Margarida Marques, incidiu sobre “A

Responsabilidade Social nas Políticas de Educação e Formação – O Projecto da Política Europeia para a Educação”. A este propósito, a oradora realçou o contributo da Cimeira de Lisboa, a qual permitiu passar de iniciativas pontuais, no âmbito de programas europeus, a uma estratégia desenvolvida em torno de objectivos futuros concretos dos sistemas educativos. O Eng.º Roberto Carneiro, no comentário que enunciou, reconheceu a importância desse virar de página, mas também as encruzilhadas actuais da construção europeia.

Na segunda conferência, o Eng.º Luís Braga da Cruz pronunciou-se sobre “O Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação”. A seu ver, quando se perspectiva o desenvolvimento do nosso País, há que valorizar a diversidade que nos caracteriza, basear as soluções políticas nas experiências bem sucedidas e obter a participação empenhada e responsável de todos. O Dr. José Ernesto d’Oliveira, no seu comentário, sublinhou a ausência, na nossa estrutura administrativa, de um nível intermédio entre o central e o local – precisamente, a dimensão regional.

Por sua vez, o Prof. Juan Carlos Tedesco proferiu uma comunicação sobre “A Educação e a Construção da Democracia no Contexto da Sociedade do Conhecimento”. Propôs, entre outras linhas de rumo, a celebração de novos pactos entre as instituições escolares e as demais agências de socialização (família, *mass media*, empresas, etc.), e que a escola se polarize na construção das bases da personalidade das novas gerações. O Prof. Adriano Moreira, no comentário subsequente, pôs em destaque a alteração das estruturas políticas internacionais, o problema do multiculturalismo, e o paradigma da cidadania universal.

O que, em linhas muito gerais, o decurso dos trabalhos do Seminário permitiu esclarecer melhor, foi: em primeiro lugar, que as capacidades exigíveis para o desenvolvimento da pessoa, o crescimento económico e o exercício da cidadania não são, afinal, contraditórias, mas convergentes; em segundo lugar, que a interacção entre educação,

competitividade e cidadania implica múltiplas pertenças, e decorre em diversos planos e espaços, como o nacional, o europeu e o planetário, mas também o do grupo, da comunidade local e o da região; e, por último, que a metodologia da concertação educativa não elimina nem as tensões, nem os conflitos, mas modera-os e articula-os, através do reconhecimento do outro, das diferenças, e bem assim da fecundidade do trabalho em comum entre os vários agentes sociais.

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação,

Manuel I. Miguéns

